

CONSELHO FISCAL DO IPREMB

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREMB

Aos 15 dias do mês de março de 2016, às 09:00 horas na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, situada à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasileira – Betim, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal – CF, nomeados conforme o Decreto nº. 37625 de 20 de março de 2015, dentre os quais: 1) Gilmar José Jerônimo – titular representante do Poder Executivo e Presidente do CF; 2) Robson Marcos de Alcântara – titular representante do Poder Executivo; 3) Raimundo Rogério Lima – titular representante do Poder Executivo; 4) Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo; 5) Inez Maria Pongelupe – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 6) Neilson Rodrigues de Azevedo – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB) e 7) Paulo Nogueira Fortes – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). Pelo IPREMB o senhor Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo; o senhor Wesley Melo Souza – Auditor e Controlador Interno; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, Assessora Técnica, que foi designada pelo Presidente do CF para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Relatório de Gestão 2015, 2) Balancete - Janeiro 2016 e 3) Carteira de Investimentos - Janeiro 2016. O Diretor Executivo Evandro inicia a reunião dando alguns informes. Fala que o Instituto está passando por uma auditoria do Ministério da Previdência Social – MPS referente a investimentos que abrange o período de janeiro de 2012 a fevereiro de 2016. O prazo para envio dos documentos encerra no dia 17 de março de 2016 e os responsáveis por cada item estão providenciando cópias digitalizadas dos mesmos. Comunica que alguns servidores do Ipreamb participaram do Seminário Nacional de Previdência em Belém-PA. Na ocasião foi comentado o projeto de lei que trata da fusão entre Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e MPS, inclusive o artigo que dá competência aos auditores do Ministério do Trabalho de auditar os Institutos de Previdência, porém o artigo foi rejeitado pelo Senado. Isto é bom para os Institutos tendo em vista que os auditores do MPS são especialistas em previdência. Informa que a dação ainda não foi regularizada e diante da situação a alíquota patronal vigente é de 15% (quinze por cento) como prevê a Lei Municipal nº. 5350/2012. Enquanto não houver o registro dos imóveis não há como reduzir a alíquota para 12% (doze por cento) como apontou o cálculo atuarial realizado considerando os valores dos imóveis. A Lei referente a dação foi enviada ao MPS, mas ainda não houve resposta. Informa também que o MPS prorrogou o prazo para envio dos Balancetes 2014 e 2015, para o dia 31 de maio de 2016, embora já estejamos em dia. Quanto ao censo o Diretor Executivo Evandro pergunta ao conselheiro Robson que também é Superintendente de Tecnologia da Informação - STI se os dados recolhidos no censo cadastral realizado em 2014 e 2015 pela Prefeitura Municipal de Betim – PMB foram migradas para o sistema. Ele responde que será migrado para o novo sistema que está sendo implantado e tem expectativa de estar hábil em abril deste ano. Fala que o sistema atual não tem campo para receber algumas informações levantadas no censo. Completa que não há dificuldade para migrar para o sistema atual, embora o sistema não comporte todos os dados. O Diretor Executivo Evandro se compromete a conversar sobre o assunto com o Secretário Adjunto de Administração, Wagner Braga e com o Superintendente de Recursos Humanos, Jorge Inácio. Na oportunidade também tratará do assunto refere-se aos servidores cedidos e a dificuldade em receber os recursos previdenciários dos mesmos. Encerrando os informes o Diretor Executivo Evandro comenta certo estudo realizado e divulgado em redes sociais pela Deputada Estadual Marília Campos que critica o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Betim, mas a realidade não condiz com o relato da Deputada. A conselheira Margareth pergunta se não cabe resposta. O Diretor Executivo fala que o documento faz uma análise da situação de vários municípios, entre eles, Betim. A conselheira Inez manifesta por não dar resposta. O Diretor Executivo Evandro conversará com a jornalista responsável pela assessoria de comunicação do Ipreamb, Sandra Rocha, e decidirá quais providências serão tomadas. Passa a palavra para o Auditor Wesley para debate do primeiro item de pauta: Relatório de Gestão 2015. O Auditor Wesley comenta que fez as alterações no Relatório conforme manifestações dos membros do CF e lembra que a nova versão foi enviada por e-mail aos mesmos para apreciação. O prazo de envio ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

– TCEMG encerra no dia 31 de março de 2016. Repassa com os conselheiros os pontos alterados. Pergunta se há mais alguma consideração. Não há manifestações. O Presidente do CF Gilmar diz que aprova o Relatório. O Auditor Wesley reforça que o CF aprova o Relatório e o Conselho Municipal de Previdência - CMP referenda. A próxima reunião do CMP está agendada para o dia 17 de março e dá prazo até o dia 16 de março de 2016 para o CF enviar, se preciso, outras considerações. Próximo item de pauta: Balancete – Janeiro 2016. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila fala que o orçamento 2016 prevê receita de R\$ 319.387.000,00 (trezentos e dezenove milhões, trezentos e oitenta e sete mil reais). O valor arrecado no mês de janeiro foi de aproximadamente R\$ 27.376.000,00 (vinte e sete milhões, trezentos e setenta e seis mil reais). Destaca a contribuição do servidor que foi de aproximadamente R\$ 6.955.000,00 (seis milhões novecentos e cinquenta e cinco mil reais), a receita patrimonial de aproximadamente R\$ 14.096.000,00 (quatorze milhões e noventa e seis mil reais) e a receita de parcelamentos de aproximadamente R\$ 5.978.000,00 (cinco milhões novecentos e setenta e oito mil reais). Quanto a contribuição partonal está contabilizado apenas a parte que cabe à Câmara Municipal de Betim Ipreamb e FUNARBE. O valor empenhado para 2016 foi de aproximadamente R\$ 67.273.000,00 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e três mil reais), sendo o valor liquidado de aproximadamente R\$ 7.579.000,00 (sete milhões, quinhentos e setenta e nove mil reais). O superávit foi de aproximadamente R\$ 19.797.000,00 (dezenove milhões, setecentos e noventa e sete mil reais). O valor mais significativo é a despesa com a folha de pagamento. O demonstrativo de contas movimento e contas de investimentos traz em seu resumo financeiro-orçamentário saldo anterior de aproximadamente R\$ 830.819.000,00 (oitocentos e trinta milhões, oitocentos e dezenove mil reais) e saldo atual de aproximadamente R\$ 852.977.000,00 (oitocentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e sete mil reais). Pergunta se há dúvidas em relação ao Balancete. Não há manifestações. Próximo item de pauta: Carteira de Investimentos – Janeiro 2016. O Diretor Executivo Evandro comenta que a carteira do mês de fevereiro de 2016 fechou com aproximadamente R\$ 870.000.000,00 (oitocentos e setenta milhões de reais). Acrescenta que os valores de parcelamento estão no mesmo valor da patronal, considerando um novo parcelamento, que contabiliza um montante de aproximadamente R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). A conselheira Margareth questiona se houve previsão de receita considerando a diminuição da alíquota patronal. O Diretor Executivo Evandro responde que a alíquota normal é de 12% (doze por cento) e 3% (três por cento) de complementar, percentuais apontados pelo cálculo atuarial e a Lei Municipal nº 5350/12. Os bons rendimentos da carteira tendem a diminuir a complementar. A carteira composta por renda fixa e renda variável permitiu em 2015 atingir 84% (oitenta e quatro por cento) da meta atuarial que considerando IPCA+6% (seis por cento) representou 16% (dezesesseis por cento). Somente os institutos que investiram 100% (cem por cento) da carteira em títulos públicos conseguiram bater meta. Com o novo cenário político, o IBOVESPA está atingindo quase 16% (dezesesseis por cento). O dólar diminuiu e o mercado reage positivamente ou negativamente a cada nova notícia vinculada ao atual Governo Federal. A carteira de janeiro rendeu aproximadamente 1,4% (um virgula quatro por cento). A renda fixa obteve rentabilidade positiva, enquanto a renda variável obteve rentabilidade negativa. Destaca o fundo Tower Bridge que é uma aplicação realizada em 2012 e que em dezembro de 2015 contabilizou prejuízo de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Alguns membros do Comitê participaram de uma assembleia sobre o fundo, onde os gestores estão sugerindo a cisão do fundo, separar os produtos bons dos ruins, mas não garante a recuperação dos valores aplicados. Em março de 2013 foi solicitado o resgate do fundo que tem um prazo de (quatro) anos e 10 (dez) dias, significando que o resgate será concluído somente em março de 2017. O fundo Tower Bridge é um fundo de marcação a mercado e em janeiro gerou rentabilidade de aproximadamente R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), mas em fevereiro houve novo prejuízo. Destaca também os investimentos gerenciados pelo BTG Pactual onde inicialmente pensou-se em resgatá-los, mas para não contabilizar perdas o COMINV optou por mantê-los e solicitar o resgate quando gerar lucros. Destaca ainda os investimentos gerenciados pela Geração Futuro que contabilizaram rentabilidade negativa de aproximadamente 6% (seis por cento) e 7% (sete por cento). Em conversa com a instituição, a mesma informou que estes fundos estão concentrados em celulose, irá alterar a composição do fundo para garantir e recuperar os investimentos. O Presidente do CF Gilmar pergunta qual a posição do COMINV em relação ao BTG Pactual. O Diretor Executivo Evandro reitera que quando saíram notícias de envolvimento na “Lava Jato” imediatamente o COMINV realizou pedido de resgate, que era D+30. Porém no decorrer do prazo, apurou informações que fizeram o COMINV cancelar o resgate: não havia recursos financeiros do BTG Pactual investidos, eles são gestores dos fundos; iria-se realizar perdas significativas. Assim o COMINV está atento aos bons fundos para não perder

recursos e oportunidades. O COMINV pretende alongar a carteira o máximo possível, isto representa aplicar em títulos públicos, onde a renda fixa tem percentuais de rentabilidade fixados. Nossa política de investimentos 2016 permite aplicar no máximo 15% (quinze por cento) em renda variável, enquanto a Resolução CMN 3299/2010 permite até 30% (trinta por cento). O Diretor Executivo Evandro pergunta se há alguma dúvida quanto a carteira. Não há manifestações. Antes de encerrar a reunião repassa mais alguns informes. Comenta que o Sindicato dos Servidores do Município de Timóteo procurou o Ipremb para buscar informações sobre o RPPS. Comunica que no dia 22 de março de 2016, ele irá até a cidade para esclarecer as dúvidas e mostrar a visão enquanto gestor e servidor. Voltando ao assunto do censo previdenciário, fala que todos os municípios que fizeram o censo reduziram o déficit técnico atuarial segundo informações obtidas no Seminário realizado em Belém-PA. O conselheiro Robson questiona o motivo do censo ainda não ter sido realizado em Betim. O Diretor Executivo Evandro responde que algumas questões estão pendentes. Entre elas foi verificado junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a possibilidade de fazer um Acordo Técnico para ter acesso as informações do CNIS. Acrescenta que durante este mesmo Seminário conversou com a Coordenadora-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais do MPS, Laura Schwerz sobre este acordo e a mesma respondeu que há proposta para criar um módulo no sistema SIPREV que armazenará dados do CNIS RPPS e terá informações cruzadas com o CNIS RGPS, facilitando as buscas de dados de todos os servidores cadastrados no sistema. A previsão de implantação do módulo é para o ano de 2017. O conselheiro Robson fala que é mais seguro obter essas informações através da parceria com o INSS e acrescenta que o servidor não tem interesse em assuntos previdenciários. A conselheira Inez pergunta porque o Ipremb não cria um sistema de averbação. O Diretor Executivo Evandro fala que o Estatuto do Servidor prevê a averbação apenas no ato da aposentadoria. O ideal é ao realizar um concurso a PMB convidar o Instituto para ajudar na criação do edital e solicitar, dentre os documentos para posse do cargo, documentos que demonstrem tempo de contribuição. O censo será amparado por um decreto e uma das medidas adotadas para que o servidor participe do censo previdenciário é a suspensão do pagamento, que é uma medida sugerida pelo MPS. Informa que a partir de abril o recadastramento dos aposentados e pensionistas será realizado nas agências do Banco do Brasil em todo território Nacional. Informa ainda que a recepção do Ipremb será deslocada para o andar térreo deste prédio facilitando o acesso dos usuários. O conselheiro Raimundo Rogério pergunta se ainda há intenção de construir a sede do Instituto. O Diretor Executivo Evandro responde que no momento não é interessante, pois o fundo destinado para tal gera rendimento de mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês. Há ainda a possibilidade de após a dação e o fim do comodato, transferir a sede para o prédio onde atualmente funciona o Fórum. Tendo encerrada a pauta do dia e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos Conselheiros presentes.

Gilmar José Jerônimo – Presidente do CF e representante do Poder Executivo

Robson Marcos de Alcântara – titular representante do Poder Executivo

Raimundo Rogério Lima – titular representante do Poder Executivo

Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo

Inez Maria Pongelupe – titular representante dos servidores ativos da Educação

Neilson Rodrigues de Azevedo – titular representante dos servidores ativos da Administração

Paulo Nogueira Fortes – titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Representantes do IPREMB

Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo

Wesley Melo Souza – Auditor e Controlador Interno

Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade

Darlene Rocha Nunes Rodrigues – Secretária para o Ato.